





A TENDÊNCIA À INSTABILIDADE POLÍTICA NO ESTADO BURGUESES-NACIONAL-POPULAR

Francisco Pereira de
Farias ¹

¹Possui bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, mestrado e doutorado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas. Fez estágio de pesquisa em Centre Cultures et Sociétés Urbaines (CNRS/França). Atualmente é docente associado do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estrutura e Transformação do Estado, atuando principalmente nos seguintes temas: hegemonia política, compromissos de classes, paradigmas sociais, conflitos regionais.

¹ Universidade Federal do Piauí, Brasil.
E-mail: franperfarias@gmail.com

Lattes iD 

ORCID: 



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional *Creative Commons* Atribuição 4.0. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Resumo

O texto enfoca os conflitos setoriais e territoriais no âmbito da classe capitalista. O ponto de partida do argumento é que as políticas estatais impactam os interesses das frações capitalistas, tendendo a hierarquizar os benefícios auferidos no modelo de desenvolvimento capitalista. Uma fonte de instabilidade política se torna, assim, a disputa pela hegemonia política em dada conjuntura. Outra fonte de instabilidade política são os potenciais conflitos entre a burocracia de Estado e a fração hegemônica. Tais fontes de instabilidade geram contratendências a elas. Um desdobramento possível à tensão interna do movimento tendencial são as crises políticas. A metodologia de pesquisa consiste basicamente em consulta a trabalhos monográficos, teóricos ou empíricos.

Palavras-chave: Estado – teoria; bloco no poder; nação; região.

Abstract

The text focuses on sectoral and territorial conflicts within the capitalist class. The argument begins with the premise that state policies affect the interests of capitalist factions, tending to create a hierarchy among the benefits derived from the capitalist development model. The struggle for political hegemony in each context thus becomes a source of political instability. Another source of political instability is the potential conflicts between the state bureaucracy and the hegemonic faction. Such sources of instability give rise to countertendencies to them. One possible consequence of the internal tensions within the movement is political crises. The research methodology consists primarily of consulting monographs, both theoretical and empirical.

Keywords: State – theory; ruling bloc; nation; region.

Agradecemos ao CNPq pelo auxílio apresentado ao projeto integrado *A política de desenvolvimento, tecnologias sociais e desigualdades regionais no Brasil contemporâneo* (Chamada CNPq/MCTI N° 10/2023 – UNIVERSAL).

O texto trata da tendência à instabilidade política do Estado burguês-nacional-popular relacionada aos conflitos setoriais e territoriais no âmbito da classe do capital. A organização do argumento apresenta os elementos da tendência em si mesma, as iniciativas de contratendência à instabilidade e os desdobramentos das tensões internas ao movimento tendencial. Por fim, faz-se um comentário a algumas análises sobre o conflito territorial ou geopolítico da classe no poder.

A TENDÊNCIA EM SI MESMA

A preservação do Estado burguês-nacional-popular corresponde ao interesse político comum da classe burguesa. A burocracia do Estado se apresenta como a mandatária do coletivo de indivíduos-pessoas com direitos iguais (povo moderno), habitantes de um território com centralização política baseada em critérios de competência (nação moderna), produzindo na classe assalariada a desconfiança em sua organização de classe enquanto tal e, por conseguinte, a fidelidade em primeiro lugar ao coletivo povo-nação moderno, definido pela forma da vontade geral, mas cujo conteúdo é dado pela classe do capital.

O interesse político comum da classe burguesa, a preservação do Estado burguês-nacional-popular, convive com a competição das frações de classe por maior influência nas políticas estatais. Os efeitos das políticas econômica, social e externa tendem a favorecer um modelo de desenvolvimento capitalista, o qual só excepcionalmente contempla o equilíbrio de benefícios no interior da classe capitalista, uma vez que as tendências à concentração e à centralização econômica polarizam os novos investimentos, reproduzindo as desigualdades entre os capitais.

Assim, as frações burguesas se lançam numa disputa política por influenciar o modelo de desenvolvimento capitalista, vigente num período histórico. O que caracteriza a fração de classe burguesa é justamente sua condição de projetar uma variante de desenvolvimento capitalista a partir de seus interesses estratégicos de fração.

Esse fracionamento de classe se dá por diferentes critérios (setorial, territorial etc.), distinguindo os diferentes sistemas de frações capitalistas. Pelo critério setorial ou das funções do capital (produção, circulação), tem-se os agrupamentos: burguesia industrial, comercial (incluindo o comércio de dinheiro, os bancos) e financeira (misto de industrial e bancária). Da mesma forma, pelo critério territorial ou geopolítico (centro, periferia), agregam-se e articulam-se na periferia: a fração associada (dependente), a fração interna (semidependente) e a fração regional (anti-imperialista)¹.

Embora os instrumentos de mediação política se alterem na passagem do plano nacional ao internacional (a ausência de um Estado mundial no plano internacional), um mesmo processo básico – a competição pela rentabilidade dos capitais – opera num âmbito e noutro. Daí, não seja despropositado se conceber o tipo de divisão da burguesia do espaço regional, segundo o critério

¹ A terminologia de frações “associada, interna e regional”, aplicada às relações inter-regionais do Estado-nação, é homóloga à distinção de Poulantzas (1974) de frações “compradora, interior e nacional”, pensada para as relações internacionais.

de sua relação com o capital externo nacional, fazendo-se uma homologia com a repartição da burguesia do país, por sua relação com o capital estrangeiro.

Assim, o espectro da classe dominante numa região menos desenvolvida vem constituído por: uma burguesia compradora - ligada ao comércio de bens industriais do centro econômico; uma burguesia interna - cujas características variam segundo a base de acumulação regional; e, em tese, uma burguesia regionalista. Nesta situação geopolítica, a análise concreta torna-se complexa: deve-se analisar o fracionamento regional e, paralelamente, considerar as relações de poder local e poder nacional do Estado. A efetivação dessa dupla análise, interna e externa, fornece os elementos para se decifrar os discursos regionais.

As relações entre o Estado burguês e a fração hegemônica, que é capaz de obter, prioritariamente, os benefícios da política estatal, são complexas; não se trata de simples subordinação da burocracia estatal aos interesses desta fração capitalista. Isso porque as políticas do Estado produzem efeitos nas práticas da fração de classe, redirecionando-as aos propósitos estatais, em nome do interesse nacional-popular. Em outros termos, estabelece-se entre a burocracia estatal e a fração hegemônica uma relação de influência mútua ou interdependência. Por um lado, a burocracia estatal está subordinada politicamente a essa fração de classe, dado que os membros estatais interiorizam os valores normativos - jurídicos e burocráticos - que os predis põem a práticas funcionais aos interesses hegemônicos, além de sofrerem as pressões dos representantes diretos da fração politicamente mais forte. Por outro lado, a fração capitalista sofre os constrangimentos valorativos institucionalizados pela burocracia estatal, valores em harmonia com o tipo de organização estatal e os objetivos gerais da classe dominante, cuja concretização pode exigir o sacrifício de interesses desta fração hegemônica.

Um conflito entre a burocracia estatal e a fração hegemônica surge quando a fração hegemônica não se dispõe a arcar com os custos do compromisso político que a burocracia estatal tem de construir a fim de obter a adesão (passiva ou ativa) das forças sociais subordinadas. Em termos mais concretos, a fração de classe capitalista passa a discordar da política econômica do Estado, a começar pela política fiscal-tributária, à medida que essa política extrapole os limites aceitáveis por aquela fração no que diz respeito aos encargos para a estabilidade do modelo de desenvolvimento capitalista (Saes, 2001).

Porém, nem sempre o conflito tem uma origem numa postura *míope* da fração hegemônica de não relacionar a perda de interesses imediatos, como a elevação da carga fiscal-tributária, com a preservação de seus interesses estratégicos. Há os casos em que a burocracia estatal exige ou ameaça exigir o sacrifício de interesses estratégicos da fração hegemônica em nome do interesse nacional-popular (leia-se: a coligação das frações capitalistas). O Governo de Luiz Bonaparte, na França, e o Governo de Getúlio Vargas, no Brasil, ilustram esses casos de política da burocracia do Estado com um máximo de autonomia relativa.

Outra fonte de instabilidade política é a disputa entre as frações capitalistas pela hegemonia política, ou seja, a obtenção dos benefícios do modelo político sobre a rentabilidade dos capitais específicos. A redefinição da hegemonia política no interior da classe dominante tende à mudança da forma de Estado e do regime político, porque a fração de classe anteriormente hegemônica institucionaliza seu poder político na forma de Estado (por exemplo, manipulando o processo eleitoral, no caso da democracia representativa). Por conseguinte, a fração de classe que aspira à conquista da nova hegemonia busca interromper a inércia das

instituições políticas vigentes e, com isso, promover outra configuração da forma de Estado e do regime político (Saes, 2023).

Uma vez que a dinâmica da acumulação de capital é a de concentração e centralização nos setores mais avançados de inovação técnica e métodos de trabalho coletivo, tende-se a uma distribuição desigualitária de capitais não apenas em termos funcionais, mas também pelo território. A região com forças produtivas capitalistas mais desenvolvidas se estabelece com vantagens de renda derivada – infraestrutura, base técnica, circuitos de comercialização, etc. - e atrai os novos recursos em investimento e força de trabalho das áreas menos desenvolvidas.

Porém, o sentimento da cidadania moderna, baseada no direito da forma igualitária, opõe-se a esta distribuição desigualitária de recursos. Reconhece-se que a geração de oligopólios introduz distorções nas relações de troca e suscita um juízo de extorsão do excedente econômico ou de espoliação do trabalho social das áreas menos desenvolvidas, dependentes e subordinadas. Dessa forma, está instaurado o conflito dos capitais da região-centro, mais avançada no desenvolvimento capitalista, com os capitais das regiões periféricas, menos desenvolvidas. Os blocos regionais de capitais entram em disputas pelos benefícios da política econômica do governo nacional.

No Brasil, durante a República Velha (1889-1930), os interesses diferenciados e desiguais dos capitais pelo território constituíam a principal matéria de competição das “oligarquias estaduais”, que tinha como o centro econômico-político os estados de São Paulo e Minas Gerais, oposto aos estados periféricos e semiperiféricos na Federação (Perissionotto, 1994). Os capitais agromercantis da semiperiferia (RGS, PE, AM), voltados ao mercado nacional (carne, açúcar, borracha), tinham uma postura de burguesia interna (seletiva) frente aos capitais agromercantis do centro econômico-político (SP, MG), orientados ao mercado exterior (café).

Diante da tendência à conciliação política das burguesias internas dos estados semiperiféricos, coube ao movimento dos tenentes, vocalizando as aspirações das camadas médias brasileiras, afrontar as burguesias imperialistas dos estados centrais através das revoltas tenentistas, que culminaram na Revolução de 1930. Destaque-se que um dos meios de subordinação das burguesias periféricas ao centro de poder nacional era o endividamento público federal para custear a política de valorização do café. Com isso, faltavam os recursos para o Estado alavancar a modernização econômica e política do país.

CONTRATENDÊNCIAS

A burocracia do Estado procura neutralizar o conflito com os representantes diretos da fração hegemônica ao viabilizar a ascensão de quadros de confiança dessa fração na área central da política econômica do governo. Isso se dá por verdadeiros rituais de iniciação, tais como: as reuniões informais, os seminários temáticos, as declarações nos meios de comunicação, os fóruns associativos ou partidários. Wright Mills, em *A elite do poder*, cunhou a expressão “Diretório Político” para o agrupamento informal entre o núcleo dirigente do poder econômico e o núcleo dirigente estatal.

Por sua vez, a política de fração hegemônica tenta superar as resistências das frações subordinadas da classe dominante por meio de concessões a estes interesses. De modo análogo

ao relacionamento com as classes dominadas, o Diretório Político enseja uma política de compromissos com as frações subordinadas por duas vias: o apoio ilusório e a aliança efetiva. Neste último caso, amplia-se a margem de “autonomia relativa” do Estado para fazer as concessões aos interesses subordinados.

Por outro lado, a burocracia estatal, num contexto de equilíbrio das frações dominantes, procura evitar uma oposição unificada dessas frações, implementando uma política pendular de concessões. Assim, o governo, ao lado de medidas que impactam o interesse comum da classe dominante, adota outras que privilegiam os interesses desta ou daquela fração de classe.

Uma das causas contrariantes da tendência ao conflito regional de capitais são as políticas governamentais compensatórias. O bloco regional de capitais mais avançados é levado a arcar com os custos de medidas compensatórias aos blocos subdesenvolvidos em troca da integração política nacional (Furtado, 1968). No Brasil, o Governo Vargas instituiu em 1934 o dispositivo que destinava 3,2% do PIB nacional para os programas de desagravo das desigualdades regionais. Isso permitiu a instalação do Departamento Nacional de Obras de Combate às Secas (DNOCS) e, posteriormente, a organização das superintendências de desenvolvimento regional (SUDENE e SUDAM).

Outra fonte de neutralização do conflito regional é a ingerência de potência estrangeira, avalizando um pacto de coexistência pacífica. O caso de eclosão do conflito regional em países do Leste Europeu, com o fim do imperialismo soviético, ilustra este tipo de causa contrariante.

OS DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS

Vimos que a tendência à instabilidade política decorre dos conflitos não apenas entre as frações da classe dominante, mas também entre a burocracia estatal e os representantes diretos da fração hegemônica. A burocracia do Estado procura neutralizar essas fontes de conflitos, promovendo políticas de compromissos e estabelecendo laços interpessoais com a classe dominante.

No entanto, as tensões internas ao movimento tendencial da instabilidade política podem se desdobrar para as situações de crises políticas. Uma primeira modalidade desse desdobramento é a crise de representação: quando os representantes corporativos ou partidários da fração hegemônica deixam de sustentar o núcleo dirigente estatal.

O *impeachment* do Presidente Collor de Mello no Brasil ilustra essa modalidade de crise política. O capital financeiro internacional, fração que promoveu a eleição do Presidente Collor, sendo a principal beneficiada de seu programa governamental, desabonou a Ministra da Fazenda, Zélia de Mello, por ter adotado as medidas heterodoxas do confisco cambial e de ativos financeiros. Em seguida, passou a queixar-se dos custos de acordos clientelísticos que marcaram a formação do novo governo. O resultado foi sua defesa da destituição do dirigente do Poder Executivo.

Uma segunda modalidade de desdobramento da tendência à instabilidade política é a crise de governabilidade. A crise do “Mensalão”, em 2005, no Brasil, ilustra esse caso. A coalizão neodesenvolvimentista que elegeu o Presidente Lula em 2002, vocalizando os interesses da burguesia interna, não dispunha da maioria parlamentar no Congresso Nacional. Por isso, o

Governo teve de negociar a atribuição de cargos ministeriais e de autarquias junto aos partidos do centro político em troca de apoio político.

Porém, o sentimento de discriminação por uma das legendas partidárias nestes acordos levou-a a denunciar as contrapartidas recebidas como “corrupção política”. A coalização de oposição neoliberal, representante dos interesses da burguesia associada ao capital internacional, aproveitando-se dessas denúncias, resolveu pedir a destituição da Presidência da República. Finalmente, os representantes diretos (FIESP, CNI) da fração hegemônica saíram em defesa do Governo, solidarizando-se publicamente com o Presidente Lula e propugnando a volta à normalidade política do país.

O desdobramento histórico das tensões inter-regionais dos capitais, superando as causas contrariantes, leva também à crise política. Dois elementos dessa crise tendem a ganhar expressão. De um lado, ascendem os movimentos de secessão. A guerra de 1932 entre São Paulo e os Estados da Federação Brasileira deu ensejo a grupos que pleiteavam a separação de São Paulo. Outro caso de movimento separatista foram as lutas de bascos e catalães na Espanha, que resultaram em províncias com direito a parlamento regional num Estado nacional unitário.

De outro lado, alguns grupos sociais são empurrados ao papel de “bode expiatório”, um elemento de catarse coletiva frente à impotência de se adotar medidas que atinjam a raiz do problema regional. No Brasil dos anos 1990, diante do agravamento das disparidades regionais, o discurso antinordestino se difunde nas camadas médias dos estados Sul-Sudeste do país.

ANÁLISES SOBRE O CONFLITO TERRITORIAL OU GEOPOLÍTICO

Fernand Braudel propõe a formulação de que o moderno “Estado-territorial” pode ser visto como um “sistema-mundo”, dividido pelo território numa “cadeia de subordinações”, econômica e política. Diz-nos Braudel (1979, p. 43): “dessa forma, tal Estado aparece dividido em três zonas: a capital, a província e as colônias”.

O historiador francês indica, porém, que o centro político não necessariamente coincide com o centro econômico no Estado moderno-territorial: “os Estados-cidades [...] são ferramentas inteiramente nas mãos dos comerciantes. Para os Estados-territoriais cujo poder se reconstitui lentamente, as coisas são muito menos simples.” (Braudel, 1979, p. 49).

O problema seria que Braudel (1979) está enfocando o tempo histórico da transição ao capitalismo (séc. XV-XVIII), no qual a defasagem se justifica como morfologia da transição. Neste período, o poder político passa às mãos da burguesia ascendente (Revolução Inglesa, Revolução Francesa) e o poder econômico ainda persiste com a antiga classe dominante (proprietários mercantis-feudais).

A matriz do capitalismo se completa pela implicação mútua de centro político e centro econômico, embora a superfície do “vivido” ou a consciência social não registre isso; ao contrário, tal consciência tendia a representar a dissociação de poder econômico e poder político, como indicam as diferenças das cidades de Washington (“centro político”) e New York (centro econômico) nos EUA do séc. XX. Mas, efetivamente, o poder político, sobretudo por laços objetivos da estrutura jurídico-administrativa e por relações informais no Diretório Político, encontra-se junto ao poder econômico.

Para Arrighi (1996, p. 32), “a divisão da economia mundial em jurisdições políticas concorrentes não necessariamente beneficia a acumulação capitalista de capital. Se ela o fará ou não, depende basicamente da forma ou da intensidade da concorrência”. No entanto, uma questão que resta a responder é se o sistema de Estados reforça o sentimento do interesse “comum” ou “nacional” de proletário e capitalista. Ora, a competição interestatal, vista como rivalidades nacionais, reforça os laços de fidelidade do proletariado com o coletivo povo-nação, e não com a classe social, contribuindo para a manutenção da ordem capitalista.

Poulantzas (1974) procura enfatizar um tipo de conflito quando não há a polarização capital estrangeiro e capital nacional. Ele não pretende atribuir à “burguesia interna” essa polarização, quase negada pela hegemonia de uma burguesia que não é nem nacionalista, nem associada ao capital estrangeiro. Torna-se difícil uma polarização interno/externo no conflito de uma burguesia interna com os interesses estrangeiros; essa polarização é mais típica de uma burguesia nacional. A burguesia interna, dada sua base de acumulação num território delimitado, mas possuindo laços de dependência tecnológica e financeira, tende a uma postura ambígua ou seletiva frente ao capital externo: ora opondo resistência aos interesses deste capital; ora se alinhando às suas diretrizes.

Entretanto, a análise poulantziana não fica suficientemente desenvolvida quando se refere ao “colonialismo interno”. Para Poulantzas (1974), este fenômeno ocorre quando uma política de investimento em algumas regiões do país as transforma em regiões metropolitanas relativamente às regiões periféricas. Estas regiões passam a fornecer mão de obra, têm seus capitais canalizados e, no máximo, operam como mercados de consumo para a metrópole. Mas a expressão “colonialismo interno” torna-se forte demais, porque o subgoverno da região-metropolitana não dispõe de jurisdição sobre o espaço político da região-periférica. Talvez a expressão mais adequada seja a de “imperialismo interno” para se resguardar a autonomia relativa dos governos subnacionais e por admitir a possibilidade da dissociação de coalizões hegemônicas nos âmbitos nacional e regional.

De qualquer modo, é pertinente se falar numa burguesia regionalista, que se comporta nacionalmente defendendo a região. Essa fração burguesa tende a valorizar o investimento no espaço econômico regional e a se opor à fuga de capitais. Para ela, o problema maior não é a migração de mão de obra, e sim a fuga de capitais. A volta da mão de obra depende basicamente do início de um novo ciclo de investimentos na região. Já a movimentação de capitais para fora da região torna-se mais difícil de ser neutralizada; os empresários que se deslocaram e foram bem-sucedidos na região mais desenvolvida mostram-se pouco dispostos a retornar à região de origem pelos obstáculos impostos ao capital fixo (maquinário, construções e outros).

David Harvey apontou a importância da análise territorial nas ciências sociais.

Para transformar os insights de Marx em uma estrutura geopolítica, Lenin introduziu o conceito de Estado, que, até hoje, continua sendo o conceito fundamental pelo qual se expressa a territorialidade. No entanto, ao fazer isso, deu a questão como provada no tocante a como ou por que a circulação de capital e a organização da força de trabalho devem ser nacionais e não globais em sua orientação, e no que diz respeito ao porque os interesses tanto dos capitalistas como dos trabalhadores devem, ou até podem, ser externados como interesse nacional (Harvey, 2006, p. 144).

Enfatiza-se, aqui, a questão levantada por Harvey, qual seja: a correspondência da unidade econômica capitalista com a fronteira do Estado nacional. Nesse sentido, a teorização de Nicos Poulantzas, em *Poder político e classes sociais*, torna-se incontornável na discussão, porque ela apresenta o sentimento de pertença ao coletivo povo-nação como necessário à reprodução das relações de produção capitalistas. Por outro lado, Harvey (2006: p. 147) afirma que:

Tais forças [...] tendem a abalar toda a coerência estruturada de um território. Talvez enfatizem a divisão internacional do trabalho em vez da divisão localmente integrada, e tornem a interdependência inter-regional mais importante do que a coerência regionalmente definida.

Essa formulação de Harvey (2006) abre margem para uma expressão efetiva da “globalização neoliberal”: um só sistema-mundo capitalista no sec. XXI, que seria composto por uma economia capitalista mundial, um Estado capitalista mundial e, finalmente, uma burguesia mundial. Todavia, os capitais distribuídos desigualmente no território não podem renunciar ao sistema de Estados capitalistas-nacionais-populares, por um lado, e ao sistema de poderes regionais internos, por outro.

De fato, fica difícil se identificar os "efeitos políticos" de uma burguesia mundial. O direito burguês internacional é incompleto, pois ele não conta com uma força física regular própria que garanta a efetividade de suas normas. As burguesias tenderiam a formar *confederações políticas* no sistema mundial, mas nunca um Estado mundial.

Por sua vez, a reprodução do Estado capitalista-nacional requer o sistema de regionalidades internas. Isso porque tende a existir uma distribuição de funções em que as instâncias subnacionais se especializam nas tarefas de gestão ao passo que os aparelhos nacionais se encarregam das deliberações estratégicas. Harvey (2006, p. 152) admite que "os processos globais de luta de classes parecem se dissolver diante de nossos olhos em diversos conflitos interterritoriais".

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo**. São Paulo, Unesp, 1996.

BRAUDEL, Fernand. **Civilisation matérielle, économie et capitalisme - XVe-XVIIIe siècle**. Paris: Armand Colin, 1979.

FAUSTO, Ruy. **Marx: lógica e política**. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1968.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

PERISSINOTTO, Renato. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Unicamp, 1994.

SAES, Décio. Estado capitalista e classe dominante. **Crítica marxista**, n. 157, pp. 156-164, 2001.

SAES, Décio. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

POULANTZAS, Nicos. **Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui**. Paris: Seuil, 1974.